

QUANDO TUDO FOR PRIVADO, SEREMOS PRIVADOS DE TUDO!

Resgate - A ditadura militar traz consigo marcas sangrentas de violência. O controle do Estado sobre o pensamento da sociedade se deu de várias formas. Através da censura de notícias, da organização de movimentos de resistência à ditadura, e por meio de censura a peças de teatro e música. Mas a mão de ferro dos militares não foi mais forte que a vontade de popular de resgatar os direitos humanos e sociais e um país com liberdade de expressão.

O movimento sindical reacendeu a luta nos anos 70, quando muitas ações e greves tiveram o papel não só de avançar nos direitos da classe trabalhadora como avançar no retorno a um Estado democrático de direito. A sociedade ouvia as vozes dissonantes da política econômica e social imposta pelo governo militar. Foi nessa efervescência, ainda que reprimida, que a luta da saúde também aflorou e os profissionais de saúde tiveram importância fundamental no Movimento conhecido como Reforma Sanitária.

Foi com a Constituição Federal de 1988 que os sindicatos de servidoras/es puderam se organizar. O SindSaúde nasce com dois grandes eixos de atuação:

1 - ser instrumento de luta junto com a classe trabalhadora buscando uma sociedade justa, livre e sem exploração. O Estatuto é a prova dessa linha de atuação.

2 – defender a saúde pública e estatal. Como também figura no Estatuto da entidade e nossa história provam que continuamente atuamos nesse sentido.

Direito à saúde e interesses - O Movimento da Reforma Sanitária inegavelmente garantiu um enorme arcabouço de direitos na Constituição cidadã. Contudo, o poder do mercado na saúde cravou na legislação:

Art. 199.

"A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. § 1.º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos".

Esse artigo foi a brecha para que a saúde fosse entendida como mercado e segue pelos diversos governos para entregar o SUS. O Banco Mundial não perde tempo e age de forma determinante nesse processo de mercantilização ao financiar projetos e programas na área da saúde. Na tese de doutorado de Maria Lucia Rizzoto encontramos essa citação: ... *"o financiamento do Banco Mundial na área da saúde, acentuado na última década, diferentemente de outros setores sociais que fazem parte da pauta de financiamento desta instituição, não teria como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e/ou social de países periféricos como o Brasil, conforme postulam seus discursos, mas sim, através destes acordos de empréstimos e das condicionalidades que os acompanham influenciar as políticas nacionais desse setor, no sentido de reduzir o papel e a participação do Estado na oferta de serviços de saúde, implementando projetos e programas que focalizam e direcionam as ações públicas para as populações mais pobres, ao mesmo tempo em que promove a ampliação e a participação do setor privado, neste promissor mercado para a expansão do capital."*

SUS rendido - Já no início da década de 90, no Brasil e no Paraná, o desmonte das políticas de Seguridade Social se intensifica. Numa leitura que relaciona a vinculação intrínseca entre Estado e

capital, temos vários exemplos concretos de ações governamentais que mostram que o Estado está refém do capital. Ao olhar o Paraná, temos muitos exemplos da desintegração do Estado para, no seu lugar, abrir espaço para organizações privadas. E isso se verifica ao longo dos trinta anos do SUS.

Dando uma passada geral nos serviços que eram geridos pelo poder público e que foram destinados ao setor privado, podemos citar o que segue abaixo.

1 – Até a década de 90 os centros de especialidades eram da rede própria da Secretaria Estadual de Saúde - Sesa. A Sesa passou a incentivar a reunião de municípios para organizar o acesso à média complexidade por meio de consórcios intermunicipais. A organização dos serviços de saúde executados pelos consórcios foi pensada a partir da lógica da terceirização da contratação de clínicas privadas de profissionais de saúde e de serviços de apoio de diagnóstico da rede privada.

2 – Nos municípios do Paraná é comum que haja uma Organização Social administrando os serviços de saúde na atenção primária e contratando trabalhadoras/es, ajudando o município a escapar da contratação por meio de concurso público.

3 – No governo do PMDB, de 2003 a 2010, hospitais do Estado novos são colocados em administração mista do Estado em parceria com Fundações, como a Funpar (HRL), ARSS (HRS), associação (HICL), CHR(APR).

4 – No governo do PSDB, a primeira tentativa de entrega do patrimônio da saúde foi via a aprovação da lei das Organizações Sociais - OS. Mesmo aprovada a OS, o processo de entrega das unidades foi ampliado através da aprovação da lei 17.579, que criou a Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Funeas.

Também vemos a mão do capital nas inúmeras terceirizações que ocorreram por dentro de setores das unidades próprias da Sesa, como a entrada de empresas nos serviços que eram feitos diretamente pelas/os servidoras/es, nas ações de lavanderia, alimentação e laboratórios. O movimento do capital desenvolve artifícios de convencimento da sociedade com objetivo de se apropriar do potencial lucrativo do Estado.

Assim, desenvolve estratégias de colocar em xeque a capacidade pública de gerir essas ações. O capital utiliza de maneira intensa a concepção de que o Estado não consegue ser eficaz e impõe políticas sociais desenvolvidas por esse Estado. Para Campos (2000) *“os bens e serviços, as práticas ou políticas sociais, são apenas meios com valor de uso potencial, com capacidade potencial de assegurar atendimento de algumas necessidades”*.

Política orçamentária - Neste caso, os governos deveriam despender todos os esforços no sentido de equilibrar seu déficit fiscal. Para isto, o Banco Mundial recomendava uma diminuição drástica nos investimentos improdutivos, leia-se, subsídios para o consumo e recursos para os programas sociais.

Sempre presente - O SindSaúde nunca se furtou a agir em defesa do incremento das ações voltadas à garantia da execução de políticas sociais. Nossa trajetória é marcada pela atuação crítica em diversos conselhos de saúde, nas conferências de saúde das diversas instâncias e de estar sempre presente nos movimentos que defendem o cumprimento das garantias constitucionais, abominando a política do entreguismo e do enxugamento do Estado. Foi assim quando realizamos debates e lutas intensas dentro e fora do âmbito da saúde. Se denunciemos as ilegalidades dos consórcios de saúde ou da Funeas, também estivemos presente nos movimentos em defesa da Copel, contra a

privatização do Banestado, da Vale do Rio Doce, contra os pedágios instituídos no Paraná. São 30 anos de presença em defesa do patrimônio público e contra o avanço do capitalismo.

FOPS - O Fórum Popular de Saúde é uma articulação de movimentos que atuam na defesa do direito da classe trabalhadora e na implementação de políticas sociais que contribuem na ampliação de direitos da classe. O SindSaúde, desde o início do FOPS, participou ativamente da construção e manutenção desse espaço popular que buscava fazer o controle social para além dos espaços institucionais. Assim, o SindSaúde funcionou como estrutura de comunicação e de secretaria do Fórum. Na luta pela saúde o FOPS, nos anos 90 e 2000, realizou encontros regionais em Cascavel, Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Campo Mourão tentando construir o trabalho de aproximar outros movimentos na luta pela saúde.

Esses encontros regionais tinham como pautas principais o desfinanciamento da saúde, a desestruturação do Sistema Único de Saúde, a fragilidade de várias políticas setoriais dentro da saúde, como saúde mental, saúde da mulher, saúde do trabalhador, saúde da pessoa com deficiência e vigilância em saúde. Esse movimento extrapolou as divisas do Estado e desenvolvemos ações com os estados do Paraná e Santa Catarina. Ou seja, atuamos também junto com o Fórum Sul de Saúde. Nesse movimento, fizemos atividades de formação, de denúncia pública e atos em defesa da regulamentação da EC 29.

Frentes - O SindSaúde se faz presente na Frente Paranaense e na Frente Nacional contra a privatização da saúde. Esses espaços têm mostrado posição firme na defesa da saúde estatal, universal e integral. Num momento extremamente conturbado para os interesses da classe trabalhadora, em que uma onda de ataques tem por objetivo central destruir garantias sociais, essa articulação se faz prioritária para resistir às insanidades do capital e aos governos que servem de gerentes aos seus interesses. São tempos difíceis e é nesses momentos que precisamos ter a capacidade intensificada de resistência e de ações coordenadas para sermos a barreira de tantos retrocessos.

Privatização - A privatária tem trazido muitos exemplos concretos de desperdício e de desvio do dinheiro público, de precarização na relação de trabalho e piora das condições de trabalho, afetando negativamente os direitos dos profissionais da saúde. E o SindSaúde PR tem sido uma ferramenta de luta contra esse conjunto de mazelas.

Propostas

- 1 - O SindSaúde deve priorizar o acompanhamento das unidades Sesa que estão sob administração da Funeas com objetivo de adotar todas as medidas políticas e jurídicas no sentido de desmascarar a má gestão financeira e administrativa da fundação.
- 2- Estabelecer diálogo com Tribunal de Contas da União para ampliar a fiscalização do Fundo da Saúde e a aplicação deste.
- 3- Manter a unidade com outros movimentos na luta contra os interesses do capital e da política de entreguismo do patrimônio público em todas as áreas.
- 4- Defender que a ParanaPrevidência seja transformada em autarquia pública.
- 5- Intensificar o debate na categoria dos males da privatização e terceirização.

6- Organizar a categoria para a luta em defesa da saúde estatal, com atendimento universal e integral, destacando a importância do controle social sobre as políticas públicas. 7 - A luta sindical exige que o Sindicato mantenha autonomia e independência frente aos governos patrões e partidos políticos.

TESE APRESENTADA PELA SERVIDORA MARI ELAINE RODELLA

CURITIBA, 18/06/2018